

## O papel das elites intelectuais na atribuição de lugares sociais a africanos e afro-descendentes no Brasil (década de 30)

SARAH CALVI AMARAL SILVA<sup>1</sup>

Na década de 30 os estudos africanos e de relações raciais adquiriram considerável importância nas ciências sociais e na historiografia brasileira. Com a circulação de categorias de análise provenientes, principalmente, da Antropologia Cultural estadunidense, noções biológicas de “raça”, recorrentes na cena letrada nacional em períodos anteriores, passaram a ser questionadas enquanto via explicativa da formação histórico-social do país. No contexto do Estado Novo, quando as definições da *brasilidade* tornaram-se objeto das ciências e de elaboração de políticas públicas, a valorização da cultura brasileira era regra. Nesse sentido, as identidades racializadas foram, muitas vezes, pensadas sob o viés da homogeneidade através da conversão da miscigenação em premissa sócio-cultural e teórica de representação do “povo brasileiro”. Nas intersecções entre renovações conceituais e contingências político-sociais, o campo de estudos africanos no Brasil foi se formando, a partir da atuação de sujeitos interessados em engajar-se estrategicamente naqueles debates.

Este artigo visa discutir alguns dos caminhos percorridos por intelectuais<sup>2</sup> no processo de apreensão e instrumentalização de teorias e métodos utilizados para o entendimento da presença negra no Brasil. Para tanto, apresentaremos algumas considerações acerca de duas situações especiais nas quais foram abordados assuntos, tais como a miscigenação e a negritude. Trata-se do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e do III Congresso de História e Geografia do Instituto Histórico e

---

<sup>1</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [amaral.sarah3@gmail.com](mailto:amaral.sarah3@gmail.com)

<sup>2</sup> Sobre a prática de intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX, temos a clássica discussão travada entre Sérgio Miceli (2001) - partidário de uma perspectiva estruturalista inspirada no conceito de “campo” proferido por Pierre Bourdieu - e Daniel Pécaut (1990). Este último parte de um viés interacionista, privilegiando a observação de uma cultura política na qual os intelectuais desempenhavam importante papel, quando chamados a resolver os “problemas” de sua nação. Em decorrência da operação de metodologias e escopos teóricos muito distintos entre si para definir o que era ser um intelectual no Brasil, uma das principais discordâncias entre as teses de Miceli e Pécaut reside na idéia da formação de um campo intelectual autônomo no Brasil. O primeiro autor defende a existência desse campo, estruturado em si mesmo, cujo funcionamento se daria por suas próprias regras de consagração, sem a interferência de aspectos políticos, por exemplo. Já Pécaut, afirma a impossibilidade da constituição desse campo, devido à heterogeneidade da atividade intelectual brasileira, intrinsecamente marcada por intersecções entre a ação política e a produção de saberes científicos.

Geográfico do Rio Grande do Sul (1940). Em ambos os casos, a discussão de temas sobre a “raça” respondeu a contextos, dos quais os próprios estudiosos fizeram parte enquanto sujeitos construtores da história das relações raciais do Brasil.

Se o desenvolvimento dos estudos africanos for encarado como um lugar de produção do conhecimento, a partir do qual foram pensadas propostas político-sociais que pautaram os lugares de afro-descendentes na história e identidade brasileiras, é possível inscrever a produção intelectual em contextos mais amplos. Não por acaso, a partir do momento em que o governo federal passou a recrutar parte da intelectualidade para ocupar cargos em instituições públicas, Universidades, bem como em esferas administrativas de gestão de bens culturais, as ciências sociais e a historiografia adquiriram um novo *status* dentro do projeto de nação pensado por Vargas.<sup>3</sup> Nesse sentido, inúmeros são os casos de intelectuais dedicados às relações raciais que, fazendo parte dos quadros institucionais e administrativos do Estado, elaboraram textos tendo como “objeto” o “problema do negro”.

Dessa forma, torna-se pertinente atentar para as reflexões de Osmundo Araújo Pinho e Ângela Figueiredo (2002), para que as contradições inerentes à constituição do campo de estudos africanos sejam compreendidas como inscritas numa conjuntura onde as relações raciais brasileiras foram construídas. Segundo os autores:

O campo das Ciências Sociais brasileiras, notadamente no que se refere aos estudos das relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimentando as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, como, constituindo modelos de leitura legítimos para a realidade, ajuda a ocultar o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada. (2002:198)

Numa sociedade marcada pela vigência de sistemas classificatórios hierarquizantes e excludentes, a elaboração de classificações raciais deve ser pensada como parte de um processo histórico a partir do qual uma elite proferiu interpretações acerca dos lugares ocupados por sujeitos sociais cientificamente definidos como inferiores. Para Figueiredo e Pinho o campo de estudos africanos, diretamente relacionado ao próprio desenvolvimento das Ciências Sociais, não deve ser compreendido por meio de lentes “internalistas” que pretendem, erroneamente, descolar

---

<sup>3</sup> Ver, entre outros, Velloso (2007).

as práticas intelectuais do entorno social a partir do qual essas mesmas práticas se constituíram, através de instituições e privilégios acadêmicos (2002:193).

### ***Africanismos em voga no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador***

Para muitos especialistas os congressos afro-brasileiros de Recife (1934) e Salvador (1937) marcaram a consolidação do campo de estudos africanos e de relações raciais no Brasil, devido à circulação de teorias inovadoras, à escolha de temas, até então, pouco abordados ou, ainda, à expressiva influência de pesquisadores estrangeiros no processo de constituição daquele campo.<sup>4</sup>

A promoção de dois congressos direcionados ao “problema do negro” não ocorreu livre de debates em torno de perspectivas interpretativas. Através de trabalhos escritos e diálogos acalorados, Gilberto Freyre – idealizador e organizador do conclave pernambucano - e Arthur Ramos – um dos principais apoiadores da Comissão Executiva do congresso baiano - disputaram ferrenhamente a autoridade sobre as interpretações acerca da presença africana no Brasil (CORRÊA, 2000). O primeiro autor, o mais notório defensor da mestiçagem biológica e cultural como fator fundante do tipo social brasileiro; o segundo, dedicado a pesquisas sobre a herança e permanência de traços africanos originais nas manifestações culturais afro-baianas, entendida como o caminho para interpretar as manifestações da negritude.

Nesse caso, escolhemos trabalhar com o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador em detrimento do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, porque foi possível compreender a totalidade dos debates travados entre os intelectuais dedicados aos temas em questão somente quando percebidos os desdobramentos das atuações desses personagens em outros espaços. Se, por exemplo, em 1934, Arthur Ramos apresentou ao conclave pernambucano apenas uma comunicação, em 1937, através da exaltação da Escola Nina Rodrigues, ele e outros pares conseguiram fazer frente à hegemonia freyreana característica do campo de estudos africanos e de relações raciais até então.

O II Congresso Afro-Brasileiro ocorreu entre os dias 11 e 20 de janeiro no Instituto Nina Rodrigues e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), com o objetivo de “estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da

---

<sup>4</sup> Entre outros, Sansone (2002), Araújo e Pinho (2002).

sociologia, do direito, da psicologia social (...) de todos os problemas de relações de raça no país.” (CARNEIRO, FERRAZ, GUIMARÃES, 1940:15). Lá se reuniram intelectuais brasileiros, cientistas sociais estrangeiros e lideranças negras ligadas, principalmente, ao universo afro-religioso da capital baiana. Dentre as atividades previstas, incluíram-se visitas aos terreiros mais “tradicionais” de Salvador, conferências, homenagens e apresentação e leitura de comunicações escritas.

As teses publicadas nos anais do conclave (CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 1940) trouxeram perspectivas diversas quanto ao papel das relações raciais e das culturas africanas na formação histórico-social brasileira. Foram incluídos títulos sobre cultura, religião, música, intersecções entre classe e “raça”, história e literatura, demonstrando o quanto o campo de estudos africanos perpassava áreas do conhecimento que, apesar de diferentes entre si, possuíam pontos convergentes. Sendo a ênfase colocada em sistemas raciais e nas culturas negras convertida em importante chave interpretativa. Ainda assim, do total de vinte e três comunicações publicadas, treze trataram de assuntos relativos às manifestações culturais e às religiões de matriz africana.<sup>5</sup> Apesar da heterogeneidade do programa de trabalho, ao que parece, os interesses voltados para a temática negra partiram, principalmente, de estudiosos mais próximos às pesquisas de viés culturalista.

Em relação ao desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, esses dados apontam para a progressiva incorporação de temas atravessados por um culturalismo boasiano ainda em processo de apreensão, porém portador de considerável influência entre autores atentos a novidades teóricas. Tais inovações teriam permitido a elaboração de interpretações baseadas mais na observação direta das culturas negras em suas manifestações sociais do que na noção biológica de raça, hegemônica na cena letrada nacional desde meados do século XIX até a década de 1920 e amplamente utilizada para pensar as diferenças humanas naquele período.<sup>6</sup> No contexto da construção de um novo

---

<sup>5</sup> Levantamento realizado com base nos índices dos Anais do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. (CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 1940:365-367)

<sup>6</sup> Influenciados por pressupostos advindos da Antropologia Física européia, letrados pertencentes aos museus de história natural, faculdades de medicina e direito e Institutos Históricos e Geográficos procederam ao estudo das “raças” biológicas que teriam conformado o Brasil (SCHWARCZ, 1993). Para tanto, foram utilizados métodos desenvolvidos em academias tradicionais francesas e italianas, principalmente a craniometria de Paul Broca. Associada a outros caracteres fenotípicos, tais como a largura do nariz, a grossura dos lábios, a cor da pele e a textura dos cabelos, acreditava-se que as medições da cabeça e do cérebro poderiam fornecer dados significativos sobre os estágios de

projeto de nação para o Brasil, no qual o “povo” e a cultura brasileira deveriam ser valorizados em suas particularidades, os pressupostos anteriormente proferidos pela elite letrada já não serviam mais. Afinal, não seria possível exaltar uma população formada de elementos raciais inferiores desprovidos de qualidades civilizatórias.

Quanto ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, a participação não-presencial do estadunidense Melville Herskovits, renomado africanista que fez parte da terceira geração de antropólogos formados por Franz Boas (ERIKSEN e NIELSEN, 2007:74), pode ser considerada um indício das transições conceituais em curso nas ciências sociais. Seus trabalhos chegaram às letras brasileiras também através de diálogos epistolares estabelecidos com Arthur Ramos, a partir de meados da década de 30. Por sua vez, Ramos se tornou um dos mais importantes interlocutores de Edison Carneiro, líder da Comissão Executiva e idealizador daquele conclave, antes e durante a realização do evento.<sup>7</sup> Esses contatos devem ser entendidos como parte de uma estratégia empreendida por intelectuais interessados em angariar espaços mais amplos de enunciação refletida na construção do programa de trabalho do certame baiano.

Visando fazer frente à hegemonia conquistada por Gilberto Freyre no campo de estudos africanos e de relações raciais, intelectuais formados na Bahia e outros residentes no Rio de Janeiro passaram a engajar-se nas discussões científicas e político-sociais em voga na década de 30 (CORRÊA, 1999). Para tanto, os médicos Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, e o educador Anísio Teixeira, ocuparam cargos no aparelho burocrático estatal, em universidades recém-fundadas, bem como em editoras importantes (CORRÊA, 1998). Auto-intitulados discípulos do “mestre em africanologia”, Raymundo Nina Rodrigues, os idealizadores de sua Escola revisitaram os materiais etnográficos por ele deixados, coletados junto às comunidades negras de Salvador na virada do século XIX para o XX. Com isso, Ramos, Peixoto e Teixeira tiveram por objetivo legitimar suas teses, a partir da reivindicação de uma filiação ancestral aos estudos de Nina num momento de “renhida disputa político-intelectual” em torno do pioneirismo sobre os estudos acerca do negro (CORRÊA 1998, p. 220).

---

desenvolvimento da humanidade, sempre hierarquizados em função do modelo evolutivo branco ocidental (STAUM, 2004).

<sup>7</sup> Para reconstituir a estrutura do II Congresso Afro-Brasileiro, bem como as conversas e debates ocorridos por conta da ocasião, utilizamos correspondências presentes no *Arquivo Arthur Ramos*, localizado na Biblioteca Nacional, bibliografia especializada, em parte, citada ao longo deste artigo, e os anais do congresso em questão.

Nesse caso, devemos considerar o processo de institucionalização das Ciências Sociais, onde a definição de conteúdos disciplinares, o preenchimento de cargos docentes, a estruturação de novas universidades e a demarcação de áreas do conhecimento diferenciadas influenciaram a atuação da intelectualidade (MICELI, 2001). Desse mesmo processo, fez parte a disputa em torno de categorias analíticas inovadoras para os padrões “científicos” nacionais, momento em que tanto Ramos, quanto Freyre buscaram, ocasionalmente, articular suas teses às modernas pesquisas antropológicas culturalistas. De modo que a “operação de guerrilha”<sup>8</sup> montada pelos intelectuais reunidos, em determinadas situações, sob o rótulo de Escola Nina Rodrigues, teve de ser dotada de algumas práticas concretas.

O médico psiquiatra e, posteriormente, antropólogo Arthur Ramos<sup>9</sup> esteve à frente de uma intensa revisão crítica das teses de Nina Rodrigues, devido à presença de postulados do racismo científico nos trabalhos de seu mestre. Mesmo que Nina tenha sido um dos primeiros letrados brasileiros a realizar pesquisas de campo em comunidades negras – o que, metodologicamente, se aproximava muito das etnografias -, as teorias por ele manipuladas, na interpretação dos dados coletados, foram buscadas nas hierarquias raciais biológicas<sup>10</sup>. Ramos passou a se posicionar como um dos precursores dos estudos africanos somente após as tentativas de filtragem do racismo científico característico dos escritos de Nina, quando a identificação de *africanismos* no mundo afro-baiano seria privilegiada como explicação da presença negra no Brasil.

A aproximação de Arthur Ramos com a Antropologia Cultural africanista se deu quando o autor ocupava a cadeira de Psicologia Social da recém-fundada Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>11</sup>. Em carta enviada a Melville Herskovits no dia 28 de

---

<sup>8</sup> A expressão é de Mariza Corrêa (1998).

<sup>9</sup> Arthur Ramos nasceu em 1903 na cidade de Pilar (AL) e faleceu em 1949, na França. Nos anos 20 estudou medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Posteriormente, exerceu a profissão como psiquiatra e médico legista em algumas instituições daquele estado. Na década de 30, Ramos mudou-se para o Rio de Janeiro, onde chefiou a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Distrito Federal. Em 1935 assumiu a cadeira de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, quando estabeleceu os primeiros contatos com a Antropologia Cultural africanista. Já em 1938, tornou-se professor de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Dados biográficos presentes em Mariza Corrêa (1998).

<sup>10</sup> Sobre as influências da Antropologia Física na obra de Nina Rodrigues, ver PETRUCCELLI (1996).

<sup>11</sup> Para acompanhar a história da UDF e da institucionalização de suas disciplinas e quadros docentes ver, entre outros, o trabalho de Maria Hermínia Tavares de Almeida (2001).

fevereiro de 1935, o autor brasileiro afirma: “tenho atualmente um curso de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e estou procurando inteirar-me da bibliografia norte-americana. Muito grato ficaria se me fornecesse, ao seu critério, qualquer indicação neste particular.”<sup>12</sup> Já em 1936, as conversas epistolares pareciam ter adquirido maior consistência, sendo os trabalhos de Herskovits divulgados junto a intelectuais brasileiros por Ramos: “Estarei tratando de divulgar o mais largamente possível o seu trabalho numa conferência próxima que irei realizar em São Paulo sobre ‘As culturas negras no Brasil’ que lhe enviarei logo que sair publicada.”<sup>13</sup>

Os significados das trocas de correspondência entre Ramos e Herskovits foram adequadamente comentados em artigos de Olívia Maria Gomes da Cunha (1999) e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), onde ambos afirmam a importância desses diálogos para a construção do campo de estudos africanos no Brasil. Enquanto Arthur Ramos abria as portas do mundo afro-baiano para Herskovits construir seu quadro internacional de africanismos, comparando diversos países da América que haviam passado pela experiência da Diáspora africana e da escravidão (YELVINGTON, 2001), beneficiava-se desses mesmos contatos frente aos pares concorrentes, pois se apropriava de problemáticas e modelos interpretativos reivindicados por autores com os quais disputava os espaços de enunciação anteriormente comentados. As quinze cartas endereçadas a Melville Herskovits, entre 1935 e 1940, por nós consultadas demonstram a disposição do autor brasileiro em alcançar seus objetivos.<sup>14</sup> Nesse contexto, torna-se revelador, por exemplo, o exercício da docência de Gilberto Freyre – aluno do próprio Franz Boas nos Estados Unidos em tempos anteriores - também na UDF como professor de Antropologia Social e Cultural, área igualmente visada por Arthur Ramos.

Além da revisão dos trabalhos de Nina, da atuação em universidades e da constituição de diálogos junto a pesquisadores estrangeiros, o emergente mercado

---

<sup>12</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 15, 172 - Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.

<sup>13</sup> Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Arthur Ramos - I, 35, 15, 173 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 26 de março de 1936. A conferência fez parte de uma série de palestras ministradas no curso de Etnografia organizado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo, então dirigido por Mário de Andrade.

<sup>14</sup> O catálogo das correspondências de Ramos encontra-se em volume organizado por Vera Faillace (2004), onde as referências completas das cartas podem ser encontradas juntamente com os resumos de seus conteúdos. O *Arquivo Arthur Ramos* localiza-se na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional.

editorial nacional foi marcado pela estratégia concorrencial empreendida pela Escola Nina Rodrigues. No mesmo período em que desempenhava funções importantes na UDF e na Secretaria de Cultura do Distrito Federal como psiquiatra da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, Ramos dirigia a coleção Biblioteca de Divulgação Científica, da Companhia Editora Nacional (PONTES, 2001). Através deste espaço, o autor procedeu à reedição dos principais ensaios de Nina Rodrigues, bem como à publicação de trabalhos dos idealizadores da “Escola de Nina” (CORRÊA, 1999, p.35). Edison Carneiro, por exemplo, não deixou de pleitear colocações para os seus trabalhos sobre as culturas afro-religiosas baianas junto à Editora Nacional<sup>15</sup>, por sua vez, concorrente da José Olympio Editora, através da qual eram publicados os volumes da coleção Documentos Brasileiros, encabeçada por Gilberto Freyre.

Como professor universitário, editor de prestígio e, principalmente, articulador de boas relações institucionais e intelectuais, Arthur Ramos exerceu certa influência sobre a elaboração do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Como exemplo, podemos citar carta enviada por Carneiro a Ramos no dia 12 de dezembro de 1936: “Aderimos à idéia de homenagem a Nina. Já oficiamos ao diretor da Faculdade [de Medicina] e ao Instituto [Nina Rodrigues] para eles colaborarem. A solenidade será na Faculdade. Lá você terá de ler a sua tese sobre a escola de Nina. Vale?”<sup>16</sup> De fato, a “adesão” às congratulações a serem prestadas a Raymundo Nina Rodrigues rendeu ao evento duas comunicações de exaltação ao pioneirismo do “mestre em africanologia” e palavras honrosas dirigidas a Nina em discursos publicados nos anais. A Escola Nina Rodrigues se colocava, então, como precursora dos estudos africanos e de relações raciais.

---

<sup>15</sup> A título de exemplificação, colocamos o pedido de Carneiro dirigido a Ramos: “O meu “Negro Bantus” está quase completo. Faltam uns três capítulos só. Haverá lugar para ele, este ano, na Biblioteca? (...). Penso que este é o meu livro, pois ele é feito quase todo de pesquisas pessoais. Eu abro caminho com este livro. Se você quiser para a Bibliotheca, estamos certos. Farei qualquer contrato com você. Só peço que o livro apareça ‘este’ ano. O Jorge Amado quer que eu publique na Documentos Brasileiros do Gilberto Freyre. Eu não vou nisso. Estou muito melhor com você.” FBN – I – 35, 25, 882 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 27 de março de 1937.

<sup>16</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I - 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Salvador, 12 de dezembro de 1936.

### ***O III Congresso de História e Geografia do IHGRS (1940)***

Do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, participou o intelectual sul-riograndense, Dante de Laytano. Escritor polígrafo, historiador, advogado de formação e extremamente dedicado às questões imbricadas nas definições historiográficas e políticas da sociedade e dos tipos sociais do Rio Grande do Sul, Laytano se constituiu profissionalmente como intelectual interessado nos debates em voga para além de seu campo de atuação.

No momento em que a miscigenação culturalizada do cadinho racial brasileiro era convertida em elemento positivo de definição da brasilidade, no Rio Grande do Sul intelectuais organizados em instituições tradicionais pareciam mais preocupados em afirmar o caráter brasílico da Revolução Farroupilha - por muitos, considerada um movimento separatista que negava a inclusão do Rio Grande no corpo da nação - do que incluir negros, imigrantes e castelhanos nas representações sobre a formação social e histórica do estado (NEDEL, 2005, p.245). No IHGRS, ao invés de figurarem na agenda de pesquisa da instituição os temas referentes às definições da cultura brasileira, os historiadores continuavam zelando “pela frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis militares às elites do Estado Imperial.” (NEDEL, 2005, p.246).

Dante de Laytano era partidário da conversão da memória farroupilha em elemento constitutivo da história nacional, devido aos atos heróicos que teriam levado os gaúchos a guardar as fronteiras do Império. Mas, ao mesmo tempo, o autor quebrou os silêncios historiográficos quanto à incorporação dos contingentes de negros escravizados presentes na construção histórica do Rio Grande do Sul. Estratégia de atuação profissional recomendável naquele período, dada a hegemonia adquirida por intelectuais radicados no nordeste e no Rio de Janeiro quanto às formas mais legítimas de representação da cultura definida como brasileira. Quando a Sociologia e a Antropologia de viés culturalista adquiriam estatutos de cientificidade, a apropriação de categorias das ciências sociais pela historiografia fez parte da atuação de setores da intelectualidade sulina em sua tentativa de tomar parte dos debates sobre folclore e cultura popular realizados nacionalmente. Tal estratégia foi possibilitada por meio da elaboração de interpretações regionalizadas da identidade nacional, incorporadas a esferas burocráticas de gestão da cultura (NEDEL, 2005).

Segundo Nedel (2005), as tensas interlocuções estabelecidas entre intelectuais da “província” e críticos nacionais acabaram por definir os contornos sociais e os conteúdos teóricos e temáticos do regionalismo gaúcho, através da manipulação de instrumentos analíticos emprestados da sociologia e da antropologia brasileira e estrangeira. Nesse sentido, as influências sobre a produção historiográfica do Rio Grande do Sul foram desde a incorporação de autores “nativos” já consagrados, até a adoção de propostas de autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Melville Herskovits. No diálogo com outras disciplinas, que não a História, o culturalismo foi incorporado por intelectuais sulinos, a partir de tentativas institucionais e políticas de superar certa marginalidade que o regionalismo sul-rio-grandense experimentava. Justamente, por não refletir em sua estrutura argumentativa os ingredientes da brasilidade, principalmente, a miscigenação entre negros e brancos.

Pudemos identificar no *Arquivo Arthur Ramos* um conjunto de quinze correspondências trocadas entre Ramos e Laytano, de 1936 a 1940. As catorze cartas enviadas de Laytano para Ramos traziam assuntos diversos, incluindo elogios ao “mestre em africanologia” (desta feita, Arthur Ramos), pedidos de publicação em editoras importantes e trocas de materiais escritos. Por meio desses diálogos, Dante tomou parte de debates realizados nas “modernas” Ciências Sociais e angariou prestígio o suficiente para levar ao Rio Grande as problemáticas e teorias aprendidas com pares que produziam sob outras perspectivas que não aquelas características dos Institutos Históricos e Geográficos. Como presidente da Comissão Organizadora do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Laytano convidou cientistas sociais brasileiros e estrangeiros para participar do conclave sulino, além, evidentemente, de membros de outras instituições e personalidades políticas diversas. Naquele espaço, pudemos observar parte dos desdobramentos que os estudos africanos e de relações raciais obtiveram para além dos círculos intelectuais localizados no “centro” do país.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Do ponto de vista historiográfico, nos eventos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em inícios do século XX, as problemáticas relativas aos africanos presentes nas origens do Brasil já se faziam recorrentes. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o I Congresso de História Nacional de 1914 - organizado num contexto em que cresciam as preocupações em forjar um sentimento cívico por conta das crises internacionais que desembocaram na I Guerra Mundial - teve uma de suas nove seções de trabalho destinadas à “História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas” (2007, p.82). O antropólogo e diretor do Museu Nacional, Edgar Roquette Pinto, fora o relator desta seção que contou com comunicações de Afonso Cláudio e Braz do Amaral que versaram sobre as “tribos negras” trazidas da África para o Brasil.

Apesar de não possuir os mesmos objetivos e, tampouco, a mesma estrutura organizativa do II Congresso Afro-Brasileiro, o certame realizado no Rio Grande do Sul apresentou discussões relevantes para os debates das relações raciais. Na Bahia, a ampla participação de especialistas possibilitou a construção de uma reunião de pesquisa bastante específica. Voltada exclusivamente para as temáticas do negro, todas as comunicações, discursos e menções às relações sociais racializadas brasileiras fizeram parte de um campo de interesses compartilhados por todos que compareceram em Salvador em 1937. Além disso, a Bahia já era vista e representada como a “Roma Negra” das Américas, fato que, por certo, não causaria estranhamentos no que concerne às intenções de Edison Carneiro em organizar um congresso somente para discutir os assuntos em pauta nas ciências sociais da década de 30.

Já no caso do Rio Grande do Sul, com raras exceções, as propostas de estudos sobre a presença negra no estado não tiveram a mesma aceitação entre a elite intelectual. Num período em que os letrados sulinos estavam preocupados com os heroísmos militares e com as genealogias das grandes famílias do estado, a antropologia e a sociologia discutiam a mestiçagem e as influências culturais africanas no Brasil. O próprio Laytano, mesmo munido de instrumentos teórico-metodológicos suficientemente sofisticados para questionar uma historiografia calcada nas origens brancas do Rio Grande do Sul, optou por agregar contraditoriamente em seus trabalhos os pressupostos culturalistas aprendidos em outros contextos de produção.

Apesar de recorrentes nas teses de grande parte dos autores que se debruçaram sobre a tarefa de desvelar a formação histórico-social do Rio Grande, as noções de raça manipuladas não ultrapassavam a Antropologia Física. Ou seja, mesmo circulando por diversos espaços acadêmicos e institucionais, os sul-rio-grandenses não incorporaram um dos principais ingredientes definidores da brasilidade em suas construções historiográficas baseadas nas particularidades do Sul: a mistura com o sangue negro.

No entanto, essa conjuntura não impediu que fossem pautados, no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, pontos relevantes acerca das relações raciais. Mesmo representado historicamente como um estado composto por descendentes de lusitanos, às vezes misturados com índios e invariavelmente branqueado pelos sangues italiano e alemão, o Rio Grande do Sul buscou se colocar num quadro nacional mais

amplo. Seja politicamente, seja historiograficamente, os estudos sobre as raças foram reunidos numa seção especial do certame organizado sob a chefia de Dante de Laytano.

De 5 a 10 de novembro de 1940, ocorreu no salão nobre da Faculdade de Direito de Porto Alegre o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS. Encomendado pelo prefeito José Loureiro da Silva, o evento foi realizado em comemoração ao bi-centenário da colonização açoriana de Porto Alegre. Esse fato remete à tradição de celebração de centenários referentes a acontecimentos históricos ilustres, inaugurada pelo IHGB (GUIMARÃES, 2006:115). Para os Institutos Históricos e Geográficos, os congressos significavam um momento de circulação de idéias, trocas de experiências e atualização de conhecimentos (GUIMARÃES, 2006:80). Aos moldes das universidades européias que, desde o século XIX, privilegiavam atividades desse tipo, nossos letrados buscaram fazer, dessas reuniões de pesquisadores, fóruns de debate acerca das questões relevantes à história do Brasil e de suas regiões.

No caso do Rio Grande do Sul, a problemática referente às relações entre nação e região aparece já na segunda metade do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Alexandre Lazzari (2004) analisa as intersecções existentes entre a identidade da província e a identidade da corte, ao interrogar as razões e sentidos da criação do IHGPSP (1860) atentando para os vínculos estabelecidos com antigos debates do IHGB e para as aspirações e compromissos de seus promotores com o estado imperial e a política provincial.

Para tanto, o autor localiza a fundação do IHGB num contexto marcado por diversas rebeliões provinciais, ameaçadoras da monarquia e da unidade territorial do Brasil. Do ponto de vista político, a necessidade de construir uma história oficial, baseada numa noção de tempo linear que unia o presente ao passado colonial, fazia parte de uma estratégia que “legitimava a coroa imperial (...) como continuadora da ação civilizadora no continente, em oposição a uma suposta anarquia e barbárie das Repúblicas vizinhas” (2004:27). Como estratégia para a montagem desse programa historiográfico, seria necessário estabelecer veículos que possibilitassem o mínimo de unidade entre as especificidades das histórias provinciais. Com esse objetivo, foi fundada a Revista Trimestral do Instituto e instaurada uma diretriz estatutária que previa a “ramificação” de instituições congêneres nas províncias (LAZZARI, 2004:32).

Os fundadores e integrantes do quadro de sócios do IHGPSP (liberais, conservadores, ex-combatentes farroupilhas, entre outros), assumiram as diretrizes propostas pelos pares letrados do Rio de Janeiro e passaram a elaborar uma história oficial para a Província de São Pedro. Foram assuntos recorrentes, desde as primeiras tentativas de tal elaboração, os temas referentes às glórias militares sulinas, às especificidades do português falado na região (um misto de línguas indígenas e africanas com a portuguesa) e os valores brasílicos dos homens mais civilizados da campanha (2004:37). Dessa forma, as pretensões de nossa elite intelectual atuante em meados do século XIX consistiram, fundamentalmente, em enquadrar a história da Província nos limites sócio-culturais do Império Luso-Brasileiro, reivindicados por meio da máxima da estabilidade das fronteiras conquistada nas bandas imperiais meridionais. Portanto, as linhas historiográficas do IHGPSP corresponderam a duas temáticas principais: 1) fronteiras definidoras e defensoras do Império; 2) estudos antropológicos dos homens que habitavam as terras do sul, com especial interesse pela formação da língua daquela “raça de homens numerosos” (LAZZARI, 2004:55).

Nesse sentido, a montagem de uma historiografia voltada para a fronteira, bem como para as definições do tipo social sul-rio-grandense, respondeu a contextos sob os quais se pensavam a sociedade e a cultura nacionais, bem como as condições de pertencimento a esse quadro mais generalizado. Tal perspectiva parece ter acompanhado tanto o desenvolvimento das letras sulinas, quanto a construção simbólica e material dos contornos histórico-sociais da suposta excepcionalidade do estado frente a outras regiões. Dessa forma, para compreender os debates travados no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, é importante termos em mente essas considerações prévias a respeito da elaboração de uma historiografia peculiar, mais voltada para fatos militares heróicos, para a história das elites e para as designações fronteiriças que, supostamente, teriam constituído a sociedade sulina.

Sob essa perspectiva, nos auspícios do Estado Novo, é realizado o grande evento que estamos abordando. Dante de Laytano - à época, consultor jurídico de J. P. Coelho de Souza, secretário da Educação e Saúde do Rio Grande do Sul - formou parte dos trâmites preparatórios, assumindo o posto de presidente da Comissão Organizadora (ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1940: LI). Uma de suas principais tarefas consistiu em enviar convites oficiais para os

“confrades” residentes em outros estados. Nosso autor respondeu às designações colocadas pelo Departamento de Propaganda e pela Prefeitura de Porto Alegre no sentido de montar um evento de caráter nacional. Ao menos, essas são as afirmações feitas por Laytano em convite enviado a Arthur Ramos<sup>18</sup>.

Com base nesses indícios, bem como nos discursos de apresentação do conclave publicados nos anais unidos à bibliografia especializada, podemos afirmar que a organização do certame ultrapassou os limites institucionais do IHGRS, assumindo contornos políticos mais explícitos. Mesmo porque, além de atuar na Secretaria de Educação e Saúde, Laytano realizara na radiodifusão uma série de palestras como membro do Movimento Intelectual Pró-Estado Novo, concebido por Protásio Vargas, irmão de Getúlio (GERTZ, 2005:121). Ainda, como sócio efetivo e membro da Comissão Permanente de Folclore e Línguas Indígenas, Laytano possuía credenciais intelectuais para cumprir suas responsabilidades na organização do III Congresso. Junto a ele, compuseram a Comissão Especial Organizadora o padre Luiz Gonzaga Jager, Walter Spalding, Mário Teixeira de Carvalho, o coronel João Pereira de Oliveira, Olinto Sanmartin, o coronel Luiz Carlos de Moraes e o coronel Gaston Hasslocher Mazon. Membros dos quadros de sócios do IHGRS - à exceção do representante do comando militar da região sul, coronel João Pereira de Oliveira -, esse seleto grupo encarregou-se das tarefas pertinentes ao bom andamento das atividades ocorridas em Porto Alegre.

Dividido em sete seções temáticas - sendo quatro dedicadas à história do Rio Grande do Sul, uma à de Porto Alegre, uma a temas não previstos no programa e outra às demais regiões do país -, o evento recebeu “109 trabalhos entre teses, monografias, memórias, contribuições e comunicações.” (ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1940: CXIL). Todo o material referente à elaboração de relatórios, estrutura do programa de trabalho, listas de sócios, comissões permanentes, pareceres emitidos aos textos enviados, discursos de personalidades políticas e, claro, ao registro de todas as teses e comunicações proferidas, foi reunido

---

<sup>18</sup> Laytano fala a Ramos: “Estou remetendo, pelo correio, nesta data um convite protocolar a V.S., convite acompanhado do regulamento e programa do Congresso e junto envio também diversos convites para V.S., uma vez que não tenho os endereços desses confrades. Os convites em apreço, são apenas para adesões intelectuais isto é, para remessa de teses mas precisamos realizar um trabalho de caráter nacional. Consideraria V.S. ousadia o endossar o convite do nosso Instituto?” Fundação Biblioteca Nacional - Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1620 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 20 de junho de 1940.

sob a forma de Anais. Divididos em quatro volumes e dotados de aproximadamente três mil páginas, esses livros expressaram o que Lúcia Maria Paschoal Guimarães denominou “obra de referência” para os estudiosos (2007:80).

A ampla divulgação e a recepção de pesquisadores e especialistas de diversos países e regiões brasileiras emprestaram ao evento o brilho e a centralidade necessária ao Rio Grande do Sul no contexto da redefinição da brasilidade. Dos participantes e apoiadores, podemos destacar Gilberto Freyre, Melville Herskovits, Mário de Andrade, Edgar Roquette Pinto, Herbert Baldus (Professor de Etnologia Brasileira da Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e Percy A. Martin. Arthur Ramos não compareceu, devido a viagem já marcada para os Estados Unidos, onde realizaria estudos especializados em Antropologia Cultural em universidades daquele país.<sup>19</sup> Porém, não deixou de prestar votos de sucesso aos confrades.

Nas dependências da Faculdade de Direito, circularam inúmeras personalidades políticas, autoridades militares e civis, representantes da Igreja Católica, professores do ensino secundário e, como não poderia deixar de ser, o próprio presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, que foi agraciado com o diploma de sócio benemérito do IHGRS, o mais alto cargo que alguém poderia ocupar na hierarquia interna da instituição (GUIMARÃES, 2007:52). A projeção política e institucional adquirida pelo III Congresso de História e Geografia foi salientada nos discursos proferidos pelas autoridades presentes na mesa de abertura da seção inaugural. Ao lado de Leonardo Macedônia, presidente do IHGRS, o secretário de Educação e Saúde e sócio efetivo, J. P. Coelho de Souza, o secretário da agricultura e presidente do Diretório Regional Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ataliba Paz, o prefeito municipal Loureiro da Silva e Dante de Laytano, falaram à platéia sobre a importância e o sucesso do evento. Nas palavras de Laytano:

O êxito do nosso Congresso não tem (...) um sentido local. Muito mais do que simples colheita literária de província, este conclave diz altamente do clima intelectual brasileiro no momento. O moderno ambiente do país é de intenso trabalho. Trabalho material e espiritual. O Congresso de Porto Alegre reflete essa hora (...). Meus srs. O Inst. Hist. e Geogr. do R.G.S., com a realização deste Congresso quis, no bi-centenário de colonização de Porto Alegre, fazer uma comemoração de Cultura, festa de inteligência das mais

---

<sup>19</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 16, 225. Carta de Arthur Ramos a Dante de Laytano. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1940.

cabíveis nesta efeméride patriótica, e ao mesmo tempo prestar tributo de admiração à heróica e velha gente portuguesa que vinda dos Açores e metrópole incorporou o tão cobiçado ‘continente do Rio Grande’ ao resto desse Brasil de alma, sangue e coração lusitanos. (1940:LXV-LXXXIV)

A análise desta passagem aponta para as diretrizes que perpassaram a construção do III Congresso. Com a homenagem às gentes portuguesas, que teriam fundado a capital da província localizada nas terras meridionais do Brasil, os agentes da Comissão Organizadora, além de reproduzirem explicações históricas recorrentes no IHGPSP e, posteriormente, no IHGRS, buscaram fornecer uma resposta aos debates em voga na agenda de pesquisa nacional.

A partir do Estado Novo todos deveriam sentir-se brasileiros e partes integrantes de uma identidade homogeneizada. Essa brasilidade fora construída, do ponto de vista de parte das teses elaboradas pelos cientistas sociais, baseada no postulado de que teriam sido os portugueses os agentes aglutinadores das sobrevivências culturais afro-descendentes, presentes na sociedade brasileira, modificadas pelos processos de miscigenação. Basicamente, os postulados de Gilberto Freyre foram apropriados e resignificados no contexto do III Congresso de História e Geografia, onde a matriz açoriana foi a saída encontrada para a construção mais ampla de uma rede de diálogos com pesquisadores nacionais. Nesse caso, por exemplo, a colaboração de Freyre com as letras sulinas foi explicitada quando o autor pernambucano apresentou sua conferência “Continente e Ilha” como uma espécie de saída metodológica para a inserção do Rio Grande no quadro “brasílico” nacional (NEDEL, 2007).

No que tange à participação destacada de Getúlio Vargas em eventos promovidos por Institutos Históricos e Geográficos, a vinda a Porto Alegre não figura como exceção. Tirante o período de mecenato do imperador D. Pedro II, os sucessivos governos liderados por Vargas foram os períodos de maior notoriedade e apoio financeiro vivenciados pelo IHGB (GUIMARÃES, 2007). No início da década de 20, Vargas esteve no Rio de Janeiro para tomar conhecimento do trabalho de Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (GUIMARÃES, 2007:33). Sua intenção era a de colher informações a respeito desse livro para propor uma nova publicação, desta vez acrescentada de um segundo volume. Oliveira Vianna foi convidado a excursionar em terras sulinas, para a realização de coleta de materiais sobre a realidade do estado. Enquanto governador do Rio Grande do Sul, Vargas também

estabeleceu, no IHGB, contatos com membros da Aliança Liberal, cuja presença nos quadros de sócios do Instituto era expressiva (GUIMARÃES, 2007:34).

Mais tarde, instantes depois da vitória na Revolução de 30, Vargas e seus correligionários participam do Segundo Congresso de História Nacional, também promovido pelo IHGB (GUIMARÃES, 2007:35). Naquela ocasião, além de serem oferecidos recursos financeiros à instituição, foram proferidos inúmeros discursos nas seções de trabalho organizadas pelos letrados, todos portadores de conteúdos legitimadores da Revolução e apologéticos aos novos rumos que a nação estava tomando. Esses acontecimentos apontam para a atenuação das fronteiras entre a ação e a prática intelectual característica do Estado Novo.<sup>20</sup>

Voltando ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, a homenagem à “velha gente portuguesa” não foi mero exercício de erudição. O intenso “momento de trabalho material e intelectual” correspondeu ao ambiente político vivido pela intelectualidade participante do aparelho burocrático estatal de Getúlio Vargas. O III Congresso de História e Geografia do IHGRS não deve, pois, ser compreendido como um evento puramente “científico”. Um olhar atento às diversas atividades políticas e intelectuais, realizadas por grande parte dos autores dos trabalhos enviados ao certame, nos remete à observação dos múltiplos lugares sociais sob os quais os homens de ciência empreendiam suas tarefas eruditas institucionalizadas, incluindo o exercício de cargos públicos e a direção de instituições de pesquisa.

Vale lembrar que em 1940 estamos em plena campanha de nacionalização das comunidades de imigrantes europeus espalhadas pelo território brasileiro, onde o Rio Grande do Sul se constituiu num dos alvos mais propícios à ação cívica e militar dos agentes de Estado de Getúlio Vargas.<sup>21</sup> O pan-germanismo, o racismo nazista e a assimilação de estrangeiros como tentativa de forjar o sentimento de pertença à nação brasileira em imigrantes brancos europeus, tornaram-se temas de discussões exaltadas entre nossos letrados. Assim, o debate intelectual e científico sobre a formação social e

---

<sup>20</sup> Segundo Mônica Pimenta Velloso a diluição das fronteiras entre o “homem de letras” e o “homem político” possibilitou a construção de uma noção de “intelectual” na qual os letrados: “(...) são vistos como os intermediários que unem o governo e o povo, porque ‘eles é que pensam, eles é que criam’, enfim, porque estão encarregados de indicar os rumos estabelecidos pela nova política do Brasil (Velloso, 1982, p.93). E essa nova política é personificada na figura de Vargas: homem de pensamento e de ação. Assim, ele é o paradigma por excelência a ser seguido por toda intelectualidade brasileira.” (2007:153)

<sup>21</sup> Para saber mais ver, entre outros, Gertz (2005); Weber (2002); Seyferth (1999).

identitária brasileira durante o governo Vargas tornou-se assunto de Estado. Dentro da proposta de assimilação e nacionalização, os afro-descendentes desempenhariam o papel de imprimir – em graus controlados de mistura – a brasilidade naqueles ainda não considerados brasileiros o suficiente.

Especificamente em relação à I Seção Temática do programa de trabalho do III Congresso do IHGRS, os sub-temas propostos, bem como o caráter não restrito aos debates regionais, foram elementos que permitiram a observação de divisões disciplinares. Nesse sentido, apontaram para as definições do que se entendia à época por “Antropologia”, “Etnografia”, “Arqueologia”, ao menos no IHGRS. Para que fiquem claras as perspectivas de interpretação colocadas pelos organizadores do III Congresso, serão comentados os conteúdos estabelecidos para parte das divisões disciplinares e temáticas estabelecidas.

Na I Seção, após os itens “Paleontologia” e “Arqueologia”, estão colocadas a “Antropologia” e “Etnografia”. Sob a designação de “Etnografia”, os organizadores do III Congresso estabeleceram os seguintes assuntos: “Os indígenas; costumes, tradições e agrupamentos das tribos, mitologia; O português e suas diferenciações no meio brasileiro; O negro, formação moral e social e aspectos físicos; O alemão e o italiano; Outros contingentes raciais: polônês, espanhol, russo, judeu e etc; Bibliografia.”

Os elementos mais significativos desta subdivisão são a formação moral e social do negro associada aos aspectos físicos da raça, o que não ocorre para os demais grupos raciais; o item específico destinado ao português e suas diferenciações no meio brasileiro; e a associação do termo “contingentes raciais” à procedência nacional dos demais grupos passíveis de estudos etnográficos. Para os indígenas, aspectos culturais como os costumes e as tradições aparecem como elementos etnográficos deslocados de uma procedência nacional específica (que seria a brasileira), o que talvez remeta à compreensão da presença indígena como construtora da nacionalidade desde o presente (1940) para um passado distante. Sob o item “Etnografia”, o “negro” não está localizado nem em regiões de procedência, tais como os “agrupamentos das tribos” para os indígenas, nem em procedências nacionais, tais como os demais “contingentes raciais”.

Dessa forma, “raça”, “costumes” e “procedência” se confundem, contribuindo para o entendimento de que a “Etnografia” poderia não ser completamente encarada como um método de pesquisa necessariamente relacionado à “Antropologia Cultural”,

já que, como veremos a seguir, as duas disciplinas estão separadas na divisão proposta para a I Seção. Este é claramente um indício de que “raça” e “cultura” não estavam ainda formalmente em oposição quando da realização do III Congresso do IHGRS, sendo aparentemente legítima a explicação das diferenças entre as sociedades humanas através da noção biológica de raça. Hierarquias entre portugueses e demais etnias racializadas podem ser igualmente percebidas, já que o “português” não é explicitamente designado enquanto “contingente racial”. Ainda, o termo “meio [natural e social] brasileiro” é somente relacionado à “velha gente portuguesa”, o que pode apontar para a tentativa, por parte dos organizadores, de construir uma nacionalidade “aportuguesada”, passível de ser complementada, de forma desigual, pelos demais “contingentes raciais.”

Já o item “Antropologia”, apresenta a seguinte subdivisão temática: “Caracteres exteriores do homem, esqueleto, posição sistemática, anomalias, doenças, ornatos e deformações artificiais, desenvolvimento físico, sexo; Antropologia Cultural; Bibliografia.” O primeiro aspecto significativo em relação ao que se entendia por “Antropologia” no IHGRS é o tópico especial destinado à Antropologia Cultural. Por si só, esta separação nos aponta para as disputas teórico-metodológicas e também disciplinares ainda recorrentes naquele momento entre a Antropologia Física e o estudo de características físicas como fatores de explicação das diferenças, e o culturalismo com o seu método de pesquisa etnográfico, atrelado ao conceito de cultura.

Nesse sentido, se, neste momento, atentarmos para temas de pesquisa atribuídos à “Paleontologia”, colocados ainda no início da I Seção, essa divisão entre duas perspectivas opostas daquilo que se entendia por Antropologia pode ser metodologicamente percebida. Por “Paleontologia”, nossos intelectuais entendiam: “O homem primitivo; Crânios, mandíbulas e outros fragmentos fósseis; Problemas estratigráficos; Vegetais fósseis; Fauna das idades antigas; Pintura Rupestre; Pesquisas nacionais, estadual e nos países limítrofes; Bibliografia.” Para além dos tipos de pesquisas empreendidas sob esta orientação disciplinar, o que pode ser percebido é a proximidade entre a metodologia de análise dos “crânios”, “mandíbulas”, “caracteres exteriores dos homens”, “esqueletos” e do “homem primitivo”, e os métodos de medições anatômicas associadas à “Antropologia” que não é a Cultural. O estudo das coletividades humanas poderia ainda ser legitimamente empreendido em 1940 através

de “esqueletos” e “características físicas” ou, ainda, de “mandíbulas” e “crânios”. As comparações entre fósseis de “homens primitivos” da pré-história com as medidas craniométricas de povos das sociedades africanas e aborígenes eram processos de hierarquização das raças, nos quais quanto maior a semelhança com os homens primitivos, menos evoluídos seriam os povos bárbaros.

### ***Considerações finais***

É importante ressaltar que, em se tratando das tradições de pesquisa do IHGB e suas congêneres, os debates desenvolvidos em torno das idéias de “raça” fizeram parte da própria constituição daquelas disciplinas. Desde Von Martius e sua história do Brasil calcada nas três raças formadoras da nacionalidade, até a centralidade portuguesa pautada por Varnhagen, os confrades participantes daquelas instituições se viam familiarizados com essa perspectiva (SCHWARCZ, 1993). Para nós, no entanto, o importante é atentar não exatamente para as possíveis (e fundamentais) heranças remetentes aos primórdios dos Institutos Históricos e Geográficos. Antes disso, procuramos observar como foram possíveis a circulação e instrumentalização de perspectivas teórico-metodológicas variadas.

Através de diálogos intelectuais e disputas por posições de prestígio, conceitos e métodos em debate acabaram por definir as possibilidades de investigação da cultura brasileira, sob a perspectiva das relações raciais, cujo desenvolvimento contribuiu para a problematização de categorias como a “raça” biológica. A coexistência entre o conceito de cultura e pressupostos ainda remetentes ao racismo científico só demonstra o quanto a superação de teorias raciais foi lenta e complexa, obedecendo a múltiplas variáveis. Nesse sentido, acompanhar as trajetórias de intelectuais nos serviu como guia de compreensão de uma das facetas da história das relações de raça no Brasil: a própria reflexão sobre essas mesmas relações.

### ***Referências bibliográficas***

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. v.1, 1999.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a 'raça' e inventando a 'nação'. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (org.). *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela e PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas Ciências Sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herkovits e Arthur Ramos (1935-1949)*.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese de doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2004.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

NEDEL, Letícia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, abril de 2007.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 7, dezembro 1996.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e 'coleções brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n.3, Jul, 2004. p. 475-495.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEBER, Regina. A construção da origem: os 'alemães' e a classificação trinária'. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *RS: 200 Anos: definindo espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPF editora, 2002.

YELVINGTON, Kevin A. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual of Anthropology*. v. 30, 2001. p.227-260.